



Trabalhadores rurais e acesso à renda: estudo sobre a agricultura familiar orgânica em Pernambuco (Brasil)

Clécia Pereira da Silva^{1*}, Glauciene Farias Rocha², Fabíola Araújo da Silva³

¹Assistente social, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); E-mail: cleciaps1994@gmail.com

²Assistente social, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); E-mail: glaucienefarias@gmail.com

³Assistente social, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); E-mail: fabiolaesilvafs@gmail.com@hotmail.com)

Histórico do Artigo: Submetido e publicado no SINGA e indicado a publicação na revista.

RESUMO

Este trabalho busca apresentar o modelo de produção da agricultura familiar orgânica em Pernambuco, a partir de suas potencialidades e desafios na geração de renda dos agricultores familiares orgânicos. A pesquisa possui como fundamento o método histórico-dialético. Assim, para a aproximação com o conhecimento já produzido sobre a temática do estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica e consultados bancos de dados secundários de diferentes fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar, Secretaria de Reforma Agrária de Pernambuco e Relatórios de Pesquisas do Centro Sabiá, Organização Não Governamental (ONG) com atuação do estado de Pernambuco. Os principais achados da pesquisa demonstram que na realidade pernambucana os agricultores que adotam princípios da agroecologia acabam adquirindo vantagens sociais, ambientais e financeiras em relação às famílias que trabalham sob moldes da agricultura industrial. Alguns produtores orgânicos chegam a ganhar até R\$ 3 mil a mais, através do uso de práticas que não agredem o meio ambiente, em comparação aos agricultores que utilizam agrotóxicos. Apesar deste contexto muitos desafios se apresentam a produção orgânica, a exemplo do incentivo ao uso de agrotóxicos e das dificuldades no acesso a políticas e programas de financiamento em âmbito governamental.

Palavras-Chaves: Sustentabilidade, custos agrícolas, orgânicos.

Rural workers and access to income: a study on organic family agriculture in Pernambuco (Brazil)

ABSTRACT

This work seeks to present the production model of organic family agriculture in Pernambuco, based on its potential and challenges in generating income for organic family farmers. The research is based on the historical-dialectic method. Thus, in order to approach the knowledge already produced on the subject of the study, a bibliographical research was conducted and secondary databases from different sources were consulted: Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Brazilian Yearbook of Family Agriculture, Pernambuco's Secretariat of Agrarian Reform and Research Reports from the Centro Sabiá, a non-governmental organization (NGO) operating in the state of Pernambuco. The main findings of the research show that in Pernambuco's reality farmers who adopt agroecology principles end up acquiring social, environmental and financial advantages in relation to families who work under industrial agriculture. Some organic producers earn up to R\$ 3 thousand more through the use of practices that do not harm the environment, compared to farmers who use pesticides. Despite this context, many challenges are presented by organic production, such as encouraging the use of agrochemicals and the difficulties in accessing government policies and financing programs.

Keywords: Sustainability, agricultural costs, organic.

Silva, C.P., Rocha, G.F., Silva, F.A. (2020). Trabalhadores rurais e acesso à renda: estudo sobre a agricultura familiar orgânica em Pernambuco (Brasil). *Meio Ambiente (Brasil)*, v.2, n.2, p.08-17.



1. Introdução

Historicamente, a economia brasileira estrutura-se a partir do caráter econômico dependente do setor agroexportador. Trata-se da adoção de um modelo de desenvolvimento agroindustrial que se baseia no uso intensivo de recursos naturais e de uma força de trabalho farta e barata, orientado rumo a uma especialização crescente em determinadas commodities, voltadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração (Teubal, 2008). A expansão do agronegócio se apresenta como empecilho ao desenvolvimento da agricultura familiar, pois segundo o Censo Agropecuário (2017) durante os anos de 2006 a 2017, cerca de 1,5 milhão de pessoas deixaram de trabalhar na lavoura. Como afirma Martins et. al (2006), a agricultura tradicional de grande escala leva pequenos agricultores a abandonarem os cultivos ou serem diretamente expulsos de suas terras, provocando sérios problemas socioeconômicos em todas as regiões do país. Esse processo de expulsão dos trabalhadores de suas terras articula-se com o conceito de expropriação contemporânea apresentado por Fontes (2018), no qual o capitalismo dos dias hodiernos retoma as características dos processos de acumulação primitiva, explicitado por Marx (1985), com elementos de reatualização e modernidade.

Esse conjunto de fatores rebate diretamente no acesso à renda do pequeno agricultor. Como demonstram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a proporção de pessoas que ganham menos de meio salário mínimo é quase três vezes maior no meio rural em comparação ao meio urbano (IBGE, 2014). Neste sentido, a pobreza presente no campo, segundo Wanderley (2017) não pode ser entendida como aquela que não foi atingida pelos processos de desenvolvimento, mas, ao contrário, é produto deste.

Nesse contexto, o cultivo orgânico vem se apresentando como uma importante estratégia de geração de renda ao pequeno produtor, visto as possibilidades de produção sustentável e diversificada. Assim como descrevem os autores Bazo e Serra (2016, p.3): “*o pequeno agricultor tem a vantagem da diversificação da produção que lhe proporciona a estabilidade da renda durante o ano e, paralelamente, gera emprego para a comunidade rural que vive ao redor das propriedades*”.

Essa lógica de produção baseia-se, de acordo com Oliveira (2014, p. 21), no: “*processo de cultivo sustentável que prevê o manejo adequado da terra e dos recursos naturais baseado nos princípios agroecológicos*”. Além dos benefícios relacionados à renda, o cultivo orgânico destaca-se por ser uma forma segura, que não apresenta riscos à saúde do trabalhador.

A produção orgânica no estado de Pernambuco estrutura-se a partir de um conjunto de produtores orgânicos, organizações de controle social e certificadoras: são 27 Organizações de Controle Social (OCS), 578 agricultores registrados, no sistema de cadastros nacional de produtores orgânicos, que atuam em 27 municípios e identifica-se ainda a existência de cinco certificadoras com atuação no Estado, as quais atendem a 75 produtores orgânicos, sendo 13 pessoas jurídicas e 62 pessoas físicas (MAPA, 2018).

Diante da presente realidade este trabalho busca apresentar o modelo de produção da agricultura familiar orgânica em Pernambuco suas potencialidades e desafios na geração de renda dos agricultores familiares orgânicos.

2. Material e Métodos

A pesquisa possui como fundamento, o método histórico-dialético, para intermediar a aproximação com o conhecimento da realidade. O conhecimento teórico, partindo desse método, parte no campo das aparências, ou seja, do que existe de forma imediata e empírica no real, pois é a partir dela que a apreensão da essência é objetivada. Nesses termos, Netto (2011), aponta que a teoria resulta desse movimento de reprodução da aparência e apreensão da essência no plano do pensamento, o qual dar-se pelo movimento real do objeto.

Para conhecermos determinado objeto de análise, é preciso compreendê-lo em toda a sua complexidade e processualidade, isto é, apreendendo-o a partir de sua dinâmica histórica, contraditória e movente, e

a partir de sua relação com o todo. Necessitando assim, de aproximações sucessivas ao fenômeno investigado, bem como de um processo de síntese para que se apreenda as múltiplas mediações que levam o conhecimento do fenômeno de sua aparência a sua essência (Cantalice, 2016).

Assim, para a aproximação com o conhecimento já produzido sobre a temática do estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica: “*que é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos*” (Gil, 2008, p. 50). A utilização da pesquisa bibliográfica contribuiu para compreender o capitalismo contemporâneo e suas implicações no setor da agricultura, bem como as repercussões na agricultura familiar. As produções foram lidas e fichadas, de modo a contribuir para a sistematização do conhecimento.

Dando prosseguimento à pesquisa, foi realizado um estudo documental, que funcionou como um importante suporte para o reconhecimento do cenário atual, em especial da realidade do estado de Pernambuco no contexto da produção da agricultura familiar orgânica. A pesquisa documental recorre a fontes: “[...] *diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, etc.*” (Fonseca, 2002, p.32 apud Gerhardt; Silveira, 2009, p.37).

Foram consultados bancos de dados secundários de diferentes fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar, Secretaria de Reforma Agrária de Pernambuco e Relatórios de Pesquisas do Centro Sabiá, Organização Não Governamental (ONG) com atuação do estado de Pernambuco.

3. Resultados e Discussão

A agricultura familiar possui uma diversidade econômica e social. A mesma é compreendida segundo Schneider; Cassol (2017, p.85) como: “[...] *grupo social formado por pequenos proprietários de terra que trabalham mediante o uso da força de trabalho dos membros de suas famílias, produzindo tanto para o autoconsumo como para a comercialização [...]*”. De acordo com Lei nº 11.326/2006, que regulamenta a agricultura familiar, se considera agricultor familiar o indivíduo que exerce atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, exerce a atividade com a utilização da força de trabalho próprio do núcleo familiar, a conquista da renda familiar está vinculada ao estabelecimento agrário e gerenciamento do empreendimento é organizado pela própria família.

Dados da Secretaria Especial e do Desenvolvimento Agrário informam que existem no Brasil: “*4 milhões de estabelecimentos familiares rurais. A renda do setor responde por 33% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário e por 74% da mão de obra empregada no campo*” (BRASIL, 2017, p.1). Na realidade brasileira quando se analisa a agricultura familiar, nota-se que 90% dos municípios possuem como base econômica desse modelo, está característica se ressalta naquelas cidades que contém até 20 mil habitantes, o que diz respeito a 40% da população ativa no país (BRASIL, 2016).

No contexto do estado de Pernambuco a agricultura familiar se faz presente em 275 mil estabelecimentos rurais em uma área de 2,5 milhões de hectares, contendo uma rica variedade de produção (BRASIL, 2016). Logo, a agricultura familiar constitui um importante segmento da economia de Pernambuco, são aproximadamente 1,1 milhão de agricultores familiares em todo o Estado (IPA, 2019). Além de ser o ramo que mais emprega no meio rural, em âmbito nacional, a agricultura familiar é responsável pela maioria dos alimentos que são consumidos no Brasil.

Segundo Altieri e Nicholls (2012) grande parte dos alimentos consumidos e comercializados hoje no mundo derivam de modelos de cultivo geridos por pequenos produtores, para se ter uma ideia da dimensão: “*5.000 espécies de culturas domesticadas e 1,9 milhões de variedades vegetais conservadas e geridos por camponeses, a maioria deles cultivados sem agroquímicos*” (Altieri & Nicholls, 2012). No Brasil, agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos no país. O setor produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil (BRASIL, 2017).

Apesar desse contexto, a pobreza, e conseqüentemente, as dificuldades no acesso à renda, ainda são vivenciadas na realidade da maioria dos agricultores do Norte e Nordeste do Brasil. Wanderley (2017, p. 77) afirma a importância do acesso a renda no meio rural, uma vez que : “*é significativa a proporção daqueles, cuja renda monetária é inferior ao salário mínimo. Essa renda é completada, sobretudo, com as transferências proporcionadas pelas políticas sociais governamentais*”. Kageyama (2004) apontou o recebimento de aposentadoria, do Bolsa Família e outros programas sociais focais como fator que contribuiu para a complementação da renda familiar, que antes era extraída pelo trabalho agrícola nas famílias camponesas.

Veronezzi e Bastos (2012) apresentaram o cultivo orgânico como uma alternativa viável ao produtor rural. Segundo dados da Coordenação de Agroecologia (Coagre), a área de produção orgânica no país ultrapassou os 750 mil hectares registrados em 2016, impulsionada, principalmente, pela agricultura familiar, sendo que cerca de 75% dos produtores cadastrados na produção orgânica são agricultores familiares.

Em recente pesquisa desenvolvida pelo Conselho Brasileiro de Produção Orgânica e Sustentável, entre os meses de março e abril de 2018, realizada em nove capitais do Brasil, afirma-se que 15% da população urbana consumiu algum alimento ou bebida orgânico. Os produtos mais ingeridos são: verduras (63%), legumes (25%) e frutas (25%). Em 2012, o Governo lançou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e, em 2016, foi lançado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica que estará vigente até 2019.

Freitas (2002) argumenta que a agricultura orgânica pode reduzir custos e ser tão rentável quanto o sistema químico convencional. De forma geral, a oferta de produtos orgânicos é menor que a procura, representando uma oportunidade para os agricultores e principalmente uma fonte de renda para a agricultura familiar. Em sua maioria, os produtos orgânicos são comercializados em feiras de produtores, com organização relacionada a associações e cooperativas para contribuir com o processo de distribuição destes produtos.

No estado de Pernambuco algumas ações são desenvolvidas com o intuito de contribuir para o incentivo da comercialização de produtos orgânicos, os principais programas e políticas existentes em âmbito regional são: Programa Agrofloresta e Economia Solidária que visa fortalecer a agroecologia tendo os sistemas agroflorestais como base produtiva no âmbito da agricultura familiar (Souza, Lyra & Silva, 2018).

Dados do Relatório Institucional 2016 demonstram que através desse programa e das ações executadas pelo Centro Sabiá foi possível trabalhar com 3.553 famílias em 60 municípios e 359 comunidades, desde montante 976 famílias passaram a adotar os sistemas agroflorestais; além de proporcionar o assessoramento de 17 feiras agroecológicas, com 212 famílias integradas no processo de comercialização (CENTRO SABIÁ, 2017).

Outro equipamento social importante presente no estado e que se volta a formação de produtores orgânicos é o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), essa ONG busca realizar ações voltadas ao manejo sustentável do solo, água, animais e plantas, através de metodologias de educação no campo, por meio de práticas realizadas em escolas, programas assistenciais e cursos de formação de produtores, educadores e jovens. No estado, a instituição trabalha com 70 escolas de 15 municípios, em especial os que agregam a região da zona da mata pernambucana (SERTA, 2019). A DIACONIA é outra organização social que realiza projetos de sustentabilidade com foco na agricultura familiar, seus principais polos de atuação são as regiões metropolitana e sertão de Pernambuco (DIACONIA, 2017).

Em âmbito Nacional há as iniciativas voltadas ao crédito rural, com vista a propagação e incentivo à produção agroecológica (Pronaf Agroecologia), bem como a sustentabilidade das florestas (Pronaf Floresta), com objetivo de atender as necessidades dos agricultores familiares que possuem como base de cultivo a produção orgânica (Souza, Lyra & Silva, 2018).

Apesar da instituição desses programas, há uma séria dificuldade na garantia do acesso por parte dos agricultores, esse ramo do Pronaf possuindo regras de acesso iguais e muitas vezes até mais favoráveis que outros setores do programa disponíveis. Indicadores disponibilizados pelo Banco Central demonstram uma preferência pelo acesso ao microcrédito está voltada a produção dos agricultores que produzem de forma

convencional em maior escala, o que acaba detendo 85% dos contratos e 72% dos recursos do Pronaf em Pernambuco (Soares, Freitas & Coutinho, 2005).

Apesar da importância do setor da agricultura familiar orgânica tanto para a economia quanto para a produção de alimentos, há pouco incentivo do Estado, a maioria das ações são promovidas por organizações da sociedade civil (Carneiro, Palm & Alvarenga, 2017). Basta olhar para o histórico de investimento destinado ao setor, como demonstra Mattei (2014), com o processo de modernização da agricultura brasileira o Estado tem financiado políticas públicas para a área rural privilegiando os setores mais industrializados voltados produção intensa de commodities. Desse modo, um quantitativo considerável do setor da agricultura familiar ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, em especial no que diz respeito ao crédito rural, a proteção de preços mínimos para a comercialização e o seguro voltado à produção (Mattei, 2014).

Tal contexto contribui para a submissão do pequeno agricultor ao modelo hegemônico, como afirma Rigotto; Vasconcelos; Rocha, (2014, p.2): “*focado no aumento da produtividade a partir de extensos monocultivos, da mecanização, da inexorabilidade do uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, ampliando seu mercado inclusive entre agricultores familiares*”. Devido à necessidade de inserção dos produtos no mercado, muitos agricultores familiares acabam utilizando agrotóxicos em seus cultivos, sendo expostos a substâncias nocivas à sua saúde, além de consumirem os produtos, estando sujeitos à contaminação dupla. Ainda se destaca a esses fatores o uso indiscriminado, sem a devida assistência técnica (Soares, Freitas & Coutinho, 2005).

O Brasil é país que mais consome agrotóxicos no mundo, possuindo uma parcela significativa de trabalhadores familiares fazendo uso de pesticidas (CNSAN, 2010). Segundos dados publicados no Portal Globo o Estado tem vivenciado um processo de flexibilização dos registros de agrotóxicos, foram aprovados 169 pesticidas apenas neste ano, número de liberação atual é o maior já documentado pelo Ministério da Agricultura no país.

Pesquisas desenvolvidas por Bombard (2017) revelam que aos anos de 2012 a 2014 o estado de Pernambuco apresentou o uso médio anual de 6.919 toneladas de agrotóxicos, numa relação variável de 2,85 a 3,84kg/há. Os dados do estudo também apresentaram que entre 23,21% a 32,48% dos estabelecimentos rurais do estado utilizaram agrotóxico, sendo o maior percentual de uso de agentes químicos na produção foram observados nos municípios do São Francisco e do Sertão Pernambucano, o uso estava presente entre 46,23 a 75,87% dos estabelecimentos rurais (Bombard, 2017).

No que se refere aos índices de intoxicação pelo uso de agrotóxico a pesquisa ressalta que Pernambuco tem o maior quantitativo de intoxicações dos estados do Nordeste, 1.545 casos no período de 2012 a 2014, sendo uma média de 9,92 a 16,63 pessoas contaminadas para cada cem mil habitantes (escala 1:100.000). Os dados relacionados aos óbitos também são preocupantes, o estado apresentou 151 óbitos, numa relação de 5,59 a 10,40 óbitos para cada quinhentos mil habitantes (escala 1:500.000), sendo o segundo estado com maior número de óbitos relacionados a intoxicação, ficando atrás apenas do Paraná (Bombard, 2017).

Desde o período de desenvolvimento dessa pesquisa várias mudanças aconteceram em Pernambuco, em especial no cenário agricultura familiar, na região metropolitana, existe um quantitativo considerável de feiras orgânicas, segundo Silva (2016), há 12 pontos de comercialização, a maioria dos produtos são advindos de municípios da zona da mata. Silva (2016) também destaca, em sua pesquisa com feirantes orgânicos da Região metropolitana, que estes agricultores em sua maioria têm sua origem em nove municípios do estado pernambucano: Vitória de Santo Antão, Pombos, Lagoa de Itaenga, Glória do Goitá, Goiana, Paudalho, São Lourenço da Mata, Igarassu e Chã Grande.

Os principais produtos comercializados são: acelga, coentro, rúcula, cebolinha, espinafre, salsinha, repolho e hortelã (Silva, 2016). Nestes municípios também são organizadas feiras livres, o que contribuem para o escoamento da produção. Gaspari e Khatounian (2016) afirmam que a comercialização de produtos em feiras, a partir de venda direta ao consumidor final pode ser considerada um meio de expandir a rentabilidade financeira, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar.

Dados do Centro Sabiá informam que as famílias que seguem os princípios agroecológicos produzem cerca de uma tonelada e meia de alimentos por ano, um quantitativo bem maior que as famílias que utilizam o modelo tradicional, focado no uso de agrotóxicos. Essa característica pode ser justificada pela variedade de alimentos produzidos e comercializados, pois são cultivadas diversas plantas, hortaliças, legumes e frutas, o que conduz há um melhor aproveitamento do terreno em várias épocas do ano nas diferentes estações climáticas (CENTRO SABIÁ, 2017).

A agricultura familiar está presente em todo o estado, conforme indicam dados da Pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM), realizado em 2016, o cultivo temporário de lavouras, consequentemente da produção orgânica, se faz presente em 40% dos estabelecimentos das regiões do semiárido e 52,6% das lavouras do sertão (IBGE/PAM, 2016).

Tais diferenças na organização da produção repercutem no acesso a renda das famílias nessas duas regiões, uma vez que os ganhos financeiros foram consideravelmente maiores nas famílias que adotam o manejo agroecológicos nas duas regiões:

A família agroecológica do Agreste pode ter uma receita líquida anual média de R\$14.042,57, enquanto uma família de referência na mesma região tem uma receita anual média de R\$6.967,81 – uma diferença de mais de 100%. Na região do Sertão esta diferença proporcional de renda é menor. Uma família agroecológica tem um ganho líquido anual médio de R\$7.045,38, enquanto as famílias de referência atingem R\$6.272,12 (uma diferença de 12,0%) (CENTRO SABIÁ, 2019, p.119).

As principais formas de escoamento dos produtos são as feiras, vendas nas próprias comunidades e participação nos programas governamentais, sobretudo nos Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Desse modo, os dados da pesquisa realizada pelo Centro Sabiá demonstram que essas famílias que utilizam o manejo orgânico produzem mais alimentos, tendo aumento significativo no acesso a renda agrícola, bem como estão fazendo uso de alimentos saudáveis e nutritivos, o que contribui com a segurança alimentar e nutricional desses sujeitos.

Tais dados demonstram que este modelo de cultivo vem se espalhando por todo o estado de Pernambuco. Assim, a forma de organização da produção orgânica repercute na qualidade da produção e no próprio consumo dos agricultores, contribuindo com a segurança alimentar, além de aspectos envolvem a preservação no meio ambiente e melhoria dos indicadores econômicos e sociais.

4. Considerações finais

Diante dos achados da presente pesquisa nota-se a importância da agricultura de base familiar para a produção de alimentos no Brasil, visto que as grandes produções da agroindústria estão voltadas para a comercialização de commodities no mercado internacional, não havendo uma preocupação com a produção de alimentos, uma vez que nos produtos que ocupam maiores áreas de plantação são a soja, cana de açúcar, café e milho, sendo estes voltados a produção de combustíveis ou para abastecer o mercado de outros países (BRASIL, 2018).

Desse modo, a produção orgânica apresenta-se como uma importante estratégia para a garantia da soberania alimentar, pois permite a humanidade uma rica biodiversidade sustentável e adaptável a diferentes ambientes e climas, o que permite o desenvolvimento social e econômico justo e equilibrado com o meio ambiente.

Na realidade pernambucana os agricultores que adotam princípios da agroecologia acabam adquirindo vantagens sociais, ambientais e financeiras em relação às famílias que trabalham sob moldes da agricultura industrial. Alguns produtores orgânicos chegam a ganhar até R\$ 3 mil a mais, através do uso de práticas que não agredem o meio ambiente, em comparação aos agricultores que utilizam agrotóxicos.

Apesar deste contexto muitos desafios se apresentam a produção orgânica, a exemplo do incentivo ao uso de agrotóxicos e das dificuldades no acesso a políticas e programas de financiamento em âmbito governamental. Desse modo, o cultivo orgânico ainda possui muito a avançar no âmbito dos direitos e conquistas sociais.

Assim, torna-se importante ressaltar as conquistas no âmbito econômico deste modelo, permitindo indicar a eficiência dos agroecossistemas e sua importância para a melhoria das condições de vida das agricultoras e dos agricultores, sendo dessa forma um incentivo à produção e implementação de ações estatais voltadas ao âmbito da agricultura familiar orgânica. Apresentando-se como uma alternativa de cultivo na produção de alimentos que favorece a saúde, no sentido de proporcionar uma alimentação saudável tanto para os próprios produtores, como para pessoas que consomem estes produtos através da comercialização, bem como uma possibilidade melhoria do acesso a renda dos agricultores e preservação do meio ambiente.

5. Referências

ALTIERE, M., NICHOLLS, C. **Agroecología única esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecológica: Una contribución a las discusiones de Rio+20 sobre temas en la interface del hambre, la agricultura, y la justicia ambiental y social.** Sociedade Latinoamericana de Agroecologia (SOCLA), 2012.

BAZO, S. A.; SERRA, E. **A Agricultura orgânica como alternativa econômica para o pequeno produtor rural familiar em Umuarama – Noroeste do Paraná.** Revista do Paraná, Santa Catarina, Vol. 15, Nº 1, 2016.

BRASIL. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento(MAPA), 2018. Disponível em:<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastronacional-produtores-organicos>. Acesso em: 25 de Ago. de 2018

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Agrário: o que é agricultura familiar.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>. Acesso em 11 Set. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuário e Abastecimento. **Insumos Agrícolas.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 03 Set. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Emenda Constitucional Nº 42, de 19 de dezembro de 2003.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 2003. p. 3.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Federal Nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 1.

BRASIL, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/no>> Acesso em: 20 Ago. 2018.

BRASIL, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Mais orgânicos na mesa do brasileiro em 2017.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitem-dobrasileiro-em-2017>>. Acesso

em: 20 Ago. 2018.

BRASIL, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Semana do agricultor: importância da agricultura familiar.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noda-agricultura-familiar>>. Acesso em: 20 Ago. 2018.

CARNEIRO, M. J; PALM, J. L; ALVARENGA, A. C. Informando política pública: uma revisão bibliográfica sobre Pronaf e qualidade de vida (2006-2013). BERGAMASCO, S. M. P. P, Org(s), **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro.** Brasília, Sec. Esp. de Agr. Fam. e do Des. Agrário, 2017, pp. 64-81.

CANTALICE, J. B. O. **Neoconservadorismo na produção do conhecimento em Serviço Social:** tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. Revista Temporalis, n. 32, jul/dez, 2016.

CENTRO SABIÁ. **Relatório sistemas alimentares.** Disponível em: <<http://www.centrosabia.org.br/sustentaveis>>. Acesso em: 20 Ago. 2019.

CENTRO SABIÁ. **Caminhos para a construção de sistemas alimentares.** Disponível em: <<http://www.centrosabia.org.br/sustentaveis>>. Acesso em: 20 Ago. 2019.

CONSELHO BRASILEIRO DE PRODUÇÃO ORGÂNICA. **Consumo de produtos orgânicos no Brasil.** Disponível em: < https://www.organicnewsbrasil.com.br/wp-content/uploads/2017/06/Pesquisa-Consumo-de-Produtos-Org_nicos-no-Brasil-Palestra-07Jun-1.pdf>. Acesso em: 20 Ago. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais.** Disponível em: < <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/a-brasil-indicadores-e-monitoramento/relatorio-consea.pdf>>. Acesso em: 20 Ago. 2018.

DICOTOMIA. **Projetos Sociais.** Disponível em: <<http://bemvindo.diaconia.org.br/catalog>>. Acesso em: 20 Ago. 2019.

FONTES, V. **A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade.** In: Expropriação e Direitos no capitalismo. Boschetti, I. (org). SP: Cortez, 2018.

FREITAS, J. C. **Agricultura Sustentável: Uma análise comparativa dos fatores de produção entre Agricultura Orgânica e Agricultura Convencional.** 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) - Departamento de Economia. Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.** 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal.** 2016. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

IAPE. **Dados da agricultura familiar do Estado de Pernambuco.** 2019. Disponível em:

<<http://www.ipa.br/novo/pdf/transparencia/demonstracao-resultado.pdf>>. Acesso em: 26 Jan. 2019.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e medida.** Caderno de Ciência e Tecnológica, Brasília, Vol. 21, Nº 3, set./dez., 2004. 15

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MARTINS, R. V.; BRAUN, M. B. S; LIMA, J. F.; STADUTO, J. A. R. **Agricultura orgânica como fonte de emprego e renda: um estudo de caso da produção vitivinícola.** In: XLIV Congresso da Sociologia Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Fortaleza. XLIV, Vol. 1, Nº 1, p. 1, 2006.

MATTEI, L. **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro.** Rev. Econ.NE. Fortaleza, 2014 (suplemento especial).

MÉSZÁROS, István. **O século XXI – socialismo ou barbárie?** São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, K. S. C. **Segurança Alimentar e Nutricional Dos Agricultores Familiares da Associação dos Produtores e Produtoras Orgânicas de Ceará Mirim/RN.** 2014. 100f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) -, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

RIGOTTO, R. M; PAIXÃO, D; VASCONCELOS, M. M. R. **Uso de agrotóxicos no Brasil e problemas para a saúde pública.** Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, Vol. 30, Nº 7, jul., 2014.

ROCHA, E. M. B; LIMA, R.T; ALMEIDA, P.C. **Insegurança alimentar relacionada à área de residência em município do Semiárido brasileiro.** Caderno de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, Vol. 2, Nº 22, pp. 205-211, 2014.

SERTA. **Projetos.** Disponível em: <<http://www.serta.org.br/projetos/>>. Acesso em: 26 Jan. 2019.

SILVA, V. M. S. **As feiras de base agroecológica em Recife – Pernambuco: trocas de saberes, sabores e ideias sustentáveis.** 2016. 103 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.

SOARES, W. L.; FREITAS, E. A. V; COUTINHO, J. A. G. **Trabalho rural e saúde: intoxicações por agrotóxicos no município de Teresópolis – RJ.** Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, V. 43, Nº 4, Oct./Dec., 2005.

SOUZA, R. A. de; LYRA, M. R. C. C; SILVA, M. T. S. da. **O cenário da agricultura familiar em Pernambuco sob o viés da sustentabilidade.** Disponível em: <www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2018/VII-008.pdf>. Acesso em: 26 Out. 2019.

SCHNEIDER, S.; CASSO, B. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas.: In: DELGADO, G. C, BERGAMASCO, S. M. P. P, Org(s), **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro.** Brasília, Sec. Esp. de Agr. Fam. e do Des. Agrário,

2017, pp. 64-81.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In.: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. 2008

VERONEZZI, F; BASTOS, T. L. **Agricultura familiar orgânica**: alternativa de permanência no campo para o pequeno produtor da região centro-sul do estado do Paraná. 2012. Disponível em: < <http://www.lagea.ig.ufu.br/> >. Acesso 02 set. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social Dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C, BERGAMASCO, S. M. P. P, Org(s), **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília, Sec. Esp. de Agr. Fam. e do Des. Agrário, 2017, pp. 64-81.